

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E DA OCUPAÇÃO DAS TERRAS DO LITORAL SUL CATARINENSE

Enilto de Oliveira Neubert *
Jorge Homero Dufloth **
Kátia Mara Batista ***

RESUMO

Neste trabalho são analisados os dados dos censos agropecuários divulgados pelo IBGE nos anos de 1975, 1985 e 1995/96; além de documento elaborado em 1997 sobre a área e a população dos municípios. O objetivo principal foi analisar a evolução da estrutura fundiária e da ocupação das terras no litoral Sul do Estado de Santa Catarina nos períodos compreendidos entre os referidos censos.

SUMMARY

In this work the data of three farming censuses divulged by the IBGE in the years of 1975, 1985 and 1995/96 are analyzed; besides documents elaborated in 1997 on the area and the population of the counties. The main objective was to analyze the evolution of the agrarian structure and the occupation of lands in the South coast of the State of Santa Catarina in the periods between the related censuses.

1. Introdução

A EPAGRI, para efeito da formulação do seu plano de trabalho, dividiu o Estado em 8 grandes Unidades Espaciais de Planejamento Regional-UPRs (figura 01). A divisão dos espaços territoriais para fins de planejamento considerou, principalmente, critérios como regiões agroecológicas, situação geográfica e divisão das associações de municípios. Na continuidade desses esforços, são formulados projetos e ações para atenderem a demandas oriundas de espaços que vão do mais específico ao abrangente. A regionalização do Estado em UPRs induz o encaminhamento das demandas sob uma visão ampla e integrada.

Os Estudos Básicos Regionais constituem-se num dos projetos prioritários formulados dentro da nova concepção e tem por objetivo produzir informações sociais, econômicas, políticas e sobre recursos naturais como suporte para a formulação de propostas promotoras do desenvolvimento regional sustentável, com ênfase para o ambiente rural. O presente trabalho é o resultado de uma das ações do projeto, tendo como foco o Sul do Estado de Santa Catarina e, para efeito de análise, trata as associações de municípios AMESC, AMREC e AMUREL como espaços geográficos específicos que compõem a região Litoral Sul-Catarinense.

2. Metodologia

Para a realização deste estudo foram utilizados documentos publicados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Os dados contidos nos Censos Agropecuários de 1975, 1985 e de 1995/96 do IBGE foram retrabalhados de forma a atender o espaço geográfico focado (a região do Litoral Sul Catarinense e suas associações de municípios) e os indicadores pretendidos para análise. A análise dos dados foi realizada à luz do conhecimento e da experiência profissional dos autores.

* Mestre em Ciência do Solo, Pesquisador da EPAGRI - Estação Experimental de Urussanga, CREA-SC 15.509, enilto@epagri.rct-sc.br

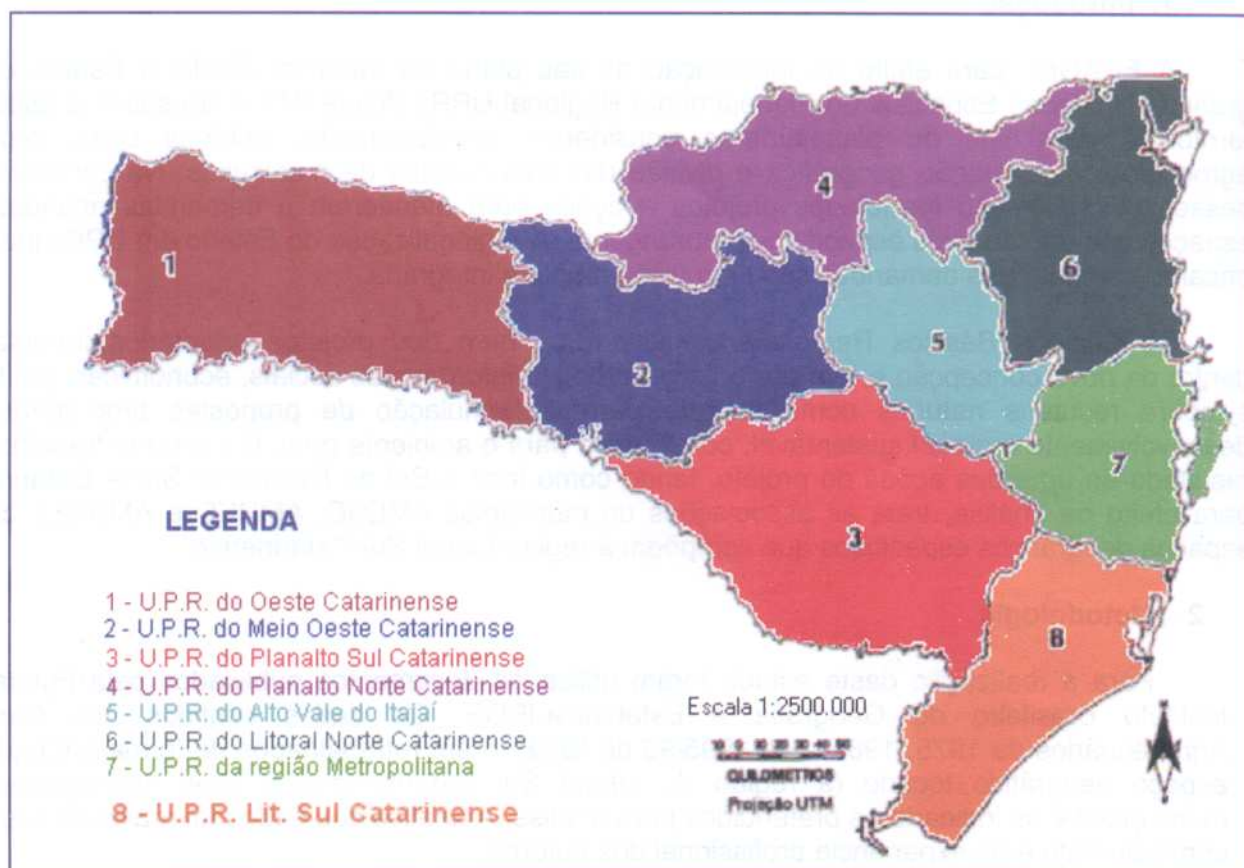
** Mestre em Nutrição Animal, Pesquisador da EPAGRI - Estação Experimental de Urussanga, CREA-SC 24.620, jorgeduf@epagri.rct-sc.br

*** Socióloga. Mestre em Extensão rural, professora da UNESC, Criciúma, SC e UNISUL, Tubarão SC, lakm@arv.matrix.com.br

3. A região Litoral Sul-Catarinense

A região do estudo é denominada Litoral Sul-Catarinense e possui uma superfície de 9.596,1 km², ocupando 10,05 % da área total do Estado. Seus 763.987 habitantes correspondem a 15,4% da população estadual e lhe conferem uma densidade de 79,6 habitantes/km² (IBGE, 1997). Abrange 43 municípios, distribuídos em três associações de municípios: AMUREL (Associação dos Municípios da Região de Laguna), AMREC (Associação dos Municípios da Região Carbonífera) e AMESC (Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense), cujas cidades pólos são, respectivamente, Tubarão, Criciúma e Araranguá. Situada num dos principais corredores do Mercosul e entre grandes centros consumidores como Porto Alegre e Florianópolis, às margens do Oceano Atlântico e tendo a serra Geral bem próxima, a região apresenta diversidade de opções e de culturas. A sua economia, antes muito dependente da exploração do carvão mineral, das atividades agrossilvopastoris e da pesca, foi capaz de agregar e desenvolver outras atividades como a cerâmica, o vestuário, a construção civil, o comércio e os serviços. A diversidade de culturas (nativa, alemã, italiana, açoriana, polonesa e negra), somadas aos vários ambientes específicos (oceano, lagoas, rural, campo e serra todos próximos) fomentam uma atividade turística incipiente na sua profissionalização e que ainda aproveita pouco do enorme potencial existente.

Figura 01 – Distribuição das Unidades de Planejamento Regionais da Epagri no Estado de Santa Catarina.



No presente trabalho, realizou-se uma análise comparativa dos Censos Agropecuários do IBGE dos anos de 1975, 1985 e 1995/96. É analisada a dinâmica da estrutura fundiária e da ocupação das terras com atividades agrosilvopastoris. Esse esforço tem como objetivo produzir dados e informações facilmente acessíveis, cujos conteúdos sejam capazes de orientar iniciativas comprometidas com o desenvolvimento e a sustentabilidade regional.

3.1 População.

A população estimada em 4.958.339 habitantes confere ao Estado de Santa Catarina uma densidade populacional de 52 habitantes/km² (IBGE,1997). A região Litoral Sul-Catarinense, apesar de ser mais densamente habitada do que a média estadual, possui enormes disparidades entre seus municípios, variando de 772,8 habitantes/km² em Criciúma a 10,1 habitantes/km² em Santa Rosa de Lima. No geral, os municípios mais próximos à encosta da serra possuem as menores densidades populacionais.

Entre as associações de municípios, somente a AMESC possui densidade semelhante à estadual, com 51,8 habitantes/km². A AMUREL e a AMREC têm densidades de 67,5 e 145,6 habitantes/km², respectivamente. Tomado o desvio padrão da densidade demográfica entre os municípios de uma mesma associação, conclui-se que na AMESC a população se encontra territorialmente melhor distribuída, vindo em seguida a AMUREL e por último, a AMREC.

Quadro 01 – Municípios, área, estimativa da população e densidade demográfica do Litoral Sul Catarinense (adaptado de IBGE, 1997).

Município	Área (km ²)	População ¹	Densidade(hab./km ²)
AMREC	2.085,4	303.656	145,6
Cocal do Sul	78,5	12.621	157,0
Criciúma	210,0	162.288	772,8
Forquilha	184,0	16.718	90,9
Içara	315,6	43.696	138,5
Lauro Müller	267,0	13.033	48,8
Morro da Fumaça	82,8	13.534	163,5
Nova Veneza	290,6	9.996	33,8
Siderópolis	262,9	10.923	41,5
Treviso	156,6	2.706	17,3
Urussanga	237,4	18.141	75,1
AMESC	2.979,1	154.250	51,8
Araranguá	298,4	52.594	176,3
Baln. Arroio do Silva	93,7	4.963	53,0
Baln. Gaivota	151,0	4.524	30,0
Ermo	64,9	2.128	32,8
Jacinto Machado	417,2	10.773	25,8
Maracajá	70,6	5.578	79,0
Meleiro	185,9	6.867	36,9
Morro Grande	251,2	2.660	10,6
Passo de Torres	90,5	3.817	42,2
Praia Grande	286,1	7.446	26,0
Santa Rosa do Sul	164,4	7.826	47,6
São João do Sul	175,3	6.886	39,3
Sombrio	151,3	21.979	145,3
Timbé do Sul	334,3	5.421	16,2
Turvo	244,3	10.788	44,2
AMUREL	4.531,6	306.081	67,5
Armazém	138,6	6.552	47,3
Braço do Norte	194,2	21.032	108,3
Capivari de Baixo	47,0	17.919	381,3
Grão-Pará	329,0	5.912	18,0
Gravatal	194,3	8.947	46,0
Imaruí	541,6	13.383	24,7
Imbituba	185,7	33.255	179,1
Jaguaruna	328,0	13.561	41,3
Laguna	445,2	43.661	98,1
Orleans	600,6	21.542	35,9
Pedras Grandes	153,0	5.028	32,9
Rio Fortuna	286,3	4.321	14,8
Sangão	83,2	7.076	85,0
Santa Rosa de Lima	184,6	1.862	10,1
São Ludgero	120,2	7.818	65,0
São Martinho	236,1	3.312	14,0
Treze de Maio	180,0	6.297	35,0
Tubarão	284,0	84.693	298,2
Litoral Sul-Catarinense	9.596,1	763.987	79,6
Estado de Santa Catarina	95.442,9	4.958.339	52,0

¹ IBGE, Estimativa para 1997.

3.2 Número e área dos estabelecimentos agropecuários

O IBGE considera como estabelecimento agropecuário "todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processe uma exploração agropecuária". De acordo com esse conceito e conforme o censo agropecuário de 1995, o Litoral Sul Catarinense possuía 27.300 estabelecimentos com atividades agropecuárias, correspondendo a 13.43 % do total estadual. O número de estabelecimentos aumentou em 11% de 1975 para 1985 e reduziu em 16% desde último censo até o de 1995.

Quadro 02. Evolução do número de estabelecimentos agropecuários no Estado de Santa Catarina e no Litoral Sul-Catarinense no período 1975-1995.

REGIÃO DE REFERÊNCIA	n. DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS		
	Censo 1975	Censo 1985	Censo 1995
AMESC	9.522	9.770	9.759
AMREC	5.346	6.730	5.018
AMUREL	14.362	15.871	12.523
LITORAL SUL CATARINENSE.	29.230	32.371	27.300
ESTADO DE SANTA CATARINA	206.505	234.973	203.347

Em 1995, 69,8% dos estabelecimentos agropecuários da região possuíam menos de 20 hectares e 25% tinham área entre 20-50 hectares indicando ampla predominância de pequenas unidades de produção em regime de exploração familiar (quadro 03). O número de estabelecimentos com área igual ou inferior a 50 hectares vem aumentando, percentualmente, a sua participação no total dos estabelecimentos regionais. Em 1975, representavam 90,9% do número e 60,4% da área; em 1985, 92,9% do número e 63,1% da área e em 1995, 94,8% do número e 62% da área. Como vê-se, a participação em termos de percentual de área não apresentou a mesma performance observada em termos de participação percentual relativo ao número de estabelecimentos. Assim, a área média dos estratos somados caiu de 14,0 hectares em 1975 para 12,9 hectares em 1995, sendo que o estrato de 20-50 hectares foi o maior responsável pela redução. No estado de Santa Catarina, os estabelecimentos de 0-20 hectares e de 20-50 hectares, analisados juntos, representam 89,7% do total dos estabelecimentos estaduais e possuem 40,2% da área destes. Conclui-se daí que políticas e/ou iniciativas que venham a afetar estes tamanhos de estabelecimentos repercutiriam mais na região do Litoral Sul-Catarinense do que na média do Estado.

Em valores absolutos e no período de 1985-1995 o número de estabelecimentos com área menor que 20 hectares foi reduzido em 16,5% na região do Litoral Sul percentual correspondente ao desaparecimento de 3.778 unidades de produção agropecuária na referida década. O somatório das áreas dos estabelecimentos com dimensão menor que 20 hectares reduziu em 7,5 % neste mesmo período. Já, no Estado, o número desses estabelecimentos foi reduzido em 15% e a área total dos mesmos, em 10 %. Isto indica que os estabelecimentos agropecuários que deixaram de existir foram aqueles de menor área dentro do estrato ou, ainda, que parte destes foram absorvidos por outros pertencentes a este mesmo estrato. Na análise sobre a redução de

número e de áreas de estabelecimentos há que se considerar, também, as incorporações ao processo de urbanização, fato real que o presente trabalho não teve a intenção de dimensionar.

Quadro 03. Evolução do número e da área dos estabelecimentos agropecuários nos estratos de menos de 20 hectares e de 20-50 hectares no período 1975-1995.

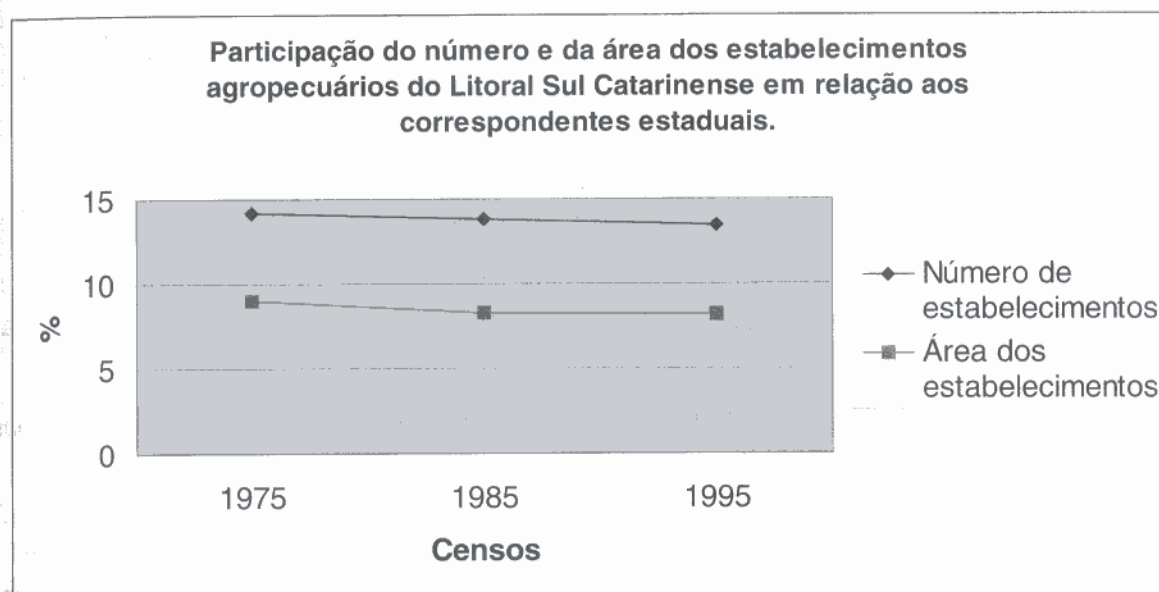
REGIÃO E ESTRATO	Estabelecimentos agropecuários					
	Censo 1975		Censo 1985		Censo 1995	
	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)
LITORAL SUL-CATARINENSE						
< 20 hectares	19.249	149.903	22.848	171.308	19.048	147.377
20-50 hectares	7.324	222.314	7.210	216.499	6.823	187.383
Total de todos os estratos	29230	616.204	32.371	614.251	27.300	539.083
ESTADO DE SANTA CATARINA						
<20 hectares	125.124	1.111.207	155.833	1.337.149	132.513	1.202.732
20-50 hectares	58.035	1.739.018	56.245	1.673.455	49.865	1.481.570
Total de todos os estratos	206.505	6.877.280	234.973	7.419.543	203.347	6.612.846

A primeira década analisada (entre os censos de 1975 e de 1985) pode ser caracterizada como um período de aumentos nos totais, tanto do número quanto da área dos estabelecimentos com menos de 20 hectares. Para os demais tamanhos em que a tendência não foi repetida, são observadas reduções menos drásticas do que aquelas ocorridas na década posterior (entre os censos de 1985 e de 1995), quando predominou a redução das áreas e do número total de estabelecimentos. Este comportamento da última década analisada pode estar associado aos cortes patrocinados pelos governos em instrumentos componentes de políticas públicas setoriais, como crédito, subsídios e programas, ao aumento da produtividade das atividades agropecuárias, ao impacto negativo da abertura do mercado a produtos estrangeiros, à extensão da aposentadoria aos agricultores instituída pela constituição de 1988 e que propiciou a estes menor dependência das lavouras, ao avanço da urbanização e às limitações para expansão da fronteira agrícola, entre outros.

Em face da predominância de estabelecimentos com menos de 50 hectares na região Litoral Sul-Catarinense e reduções, tanto em número como em área, observadas no último período estudado, enfatiza-se a necessidade de políticas públicas que permitam ao segmento cumprir sua abrangente função econômica e social. O Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar-PRONAF, uma vez continuando com seus aprimoramentos e fortalecendo-se nos aportes de

recursos, pode-se consolidar como importante instrumento de alavancagem e de manutenção de estabelecimentos com essa dimensão de área e de função. Se efetivamente apoiados por sistemas de pesquisa agropecuária e de assistência técnica e extensão rural, esses estabelecimentos podem constituir-se num diferencial positivo para o desenvolvimento regional. Também as características do Litoral Sul-Catarinense, anteriormente mencionadas, especialmente no que diz respeito ao melhor aproveitamento do seu potencial turístico, podem contribuir sobremaneira para a sustentabilidade das unidades familiares de produção.

Gráfico 01 – Participação do número e da área dos estabelecimentos agropecuários da região Litoral Sul-Catarinense em relação aos correspondentes estaduais.



O número e a área dos estabelecimentos agropecuários da região Litoral Sul-Catarinense vêm perdendo participação em relação aos correspondentes totais do Estado (gráfico 01). Esse fato pode ser entendido como um indicativo de que a região Sul se “urbaniza” mais rapidamente do que a média estadual.

Também em valores absolutos, a área total dos estabelecimentos agropecuários do Litoral Sul-Catarinense apresentou contínua tendência de queda; não obstante, as regiões compreendidas pelos municípios da AMREC e da AMUREL terem apresentado pequena elevação de área total entre 1975 e 1985. Entretanto, de 1985 a 1995 a redução foi geral e drástica, com a região Sul reduzindo em 75.105 hectares a área abrangida por seus estabelecimentos agropecuários.

Quanto à condição de exploração (quadro 04), o percentual de estabelecimentos explorados por proprietários em relação aos explorados por arrendatários parceiros ou ocupantes se manteve relativamente estável. Em 1995, 89,1% do total do número de estabelecimentos da Região Litoral Sul-Catarinense eram explorados por proprietários, enquanto que o restante é explorado por arrendatários, parceiros ou ocupantes. Os últimos, aumentaram lenta, mas continuamente, a sua participação na região da AMESC; cabendo averiguar quais fatores têm sido responsáveis por esse comportamento. Além de outras dinâmicas, a forte presença da cultura do arroz nos municípios que compõem a AMESC, associada às exigências de maior especialização e de estrutura para o envolvimento com esta atividade pode ser um dos motivos que levaram alguns proprietários a arrendarem suas terras.

Quadro 04. Evolução da área total dos estabelecimentos agropecuários no Estado de Santa Catarina e no Litoral Sul-Catarinense no período 1975-1995, conforme a condição de exploração.

REGIÃO DE REFERÊNCIA	ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS					
	Censo 1975		Censo 1985		Censo 1995	
	PROPRIET. ¹ (ha)	OUTRO ² (ha)	PROPRIET. ¹ (ha)	OUTRO ² (ha)	PROPRIET. ¹ (ha)	OUTRO ² (ha)
AMESC	166.074	24.585	150.343	27.926	135.820	26.035
AMREC	115.822	11.969	112.661	17.623	85.474	9.662
AMUREL	278.518	19.245	274.510	31.140	259.056	23.050
LITORAL SUL CATARINENSE.	560.414	55.829	537.514	76.689	480.350	58.748
ESTADO DE SANTA CATARINA	6.343.594	533.687	6.692.872	726.670	6.112.237	500.609

¹ Proprietários: quando as terras dos estabelecimentos, no todo ou em parte, pertencem a quem desenvolve as atividades nestes.

² Outros: quando as terras dos estabelecimentos não são exploradas pelo proprietário, mas por arrendatários, parceiros ou ocupantes.

3.3 Ocupação das áreas dos estabelecimentos agropecuários

No Litoral Sul-Catarinense, as terras utilizadas com alguma atividade agropecuária apresentaram, durante o período estudado, a mesma tendência observada no somatório estadual (quadro 05). Houve um acréscimo de área com atividades agropecuárias entre 1975 e 1985, com uma posterior redução desta na década seguinte. Entretanto, o percentual em relação ao correspondente estadual situou-se, em 1995, no mesmo patamar observado em 1975, ou seja, em torno de 8,8% do total do Estado. No item 2.2 deste trabalho, encontram-se comentários também válidos para esse comportamento. Já as áreas em pousio e aquelas produtivas, mas sem uso, vêm caindo de censo para censo. Em 1975 representavam 33% em relação às terras com algum uso agropecuário e em 1995, o percentual de terras ociosas caiu para 5,6%. A pressão de uso das terras (demanda por mais áreas agricultáveis) somado ao aumento da consciência social em defesa da reforma agrária podem auxiliar na compreensão dessa tendência.

Quadro 05 – Ocupação das terras dos estabelecimentos agropecuários.

REGIÃO REFERENCIAL	COM ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS ¹ (ha)			EM POUSIO + SEM USO (ha)		
	Censo 1975	Censo 1985	Censo 1995	Censo 1975	Censo 1985	Censo 1995
AMESC	125.390	137.151	129.034	25.421	12.620	4.816
AMREC	73.671	93.075	72.493	21.176	9.511	3.105
AMUREL	156.120	201.018	186.937	70.406	35.654	13.785
LIT. SUL CATARINENSE	355.181	431.244	388.464	117.003	57.785	21.706
EST. SANTA CATARINA	4.032.708	4.902.234	4.470.877	961.218	574.851	293.857

¹ Exceto áreas com mata natural, áreas em pousio e áreas sem uso

Entre as atividades agropecuárias dos estabelecimentos, as culturas temporárias são as que ocupam a maior extensão de área. No período estudado, este tipo de uso regional praticamente manteve o seu percentual de participação no correspondente estadual (quadro 06), indicando possibilidade de um mesmo conjunto de fatores terem afetado o Estado como um todo e com a mesma intensidade. As culturas permanentes têm aumentado continuamente a sua área tanto na AMESC, quanto na AMREC. A AMUREL apresentou redução da área utilizada com culturas permanentes, registrando no censo de 1995 área inferior à apresentada em 1975.

Quadro 06 – Ocupação das terras dos estabelecimentos agropecuários com culturas permanentes e temporárias.

REGIÃO REFERENCIAL	CULTURAS PERMANENTES (ha)			CULTURAS TEMPORÁRIAS (ha)		
	Censo 1975	Censo 1985	Censo 1995	Censo 1975	Censo 1985	Censo 1995
AMESC	5.764	6.687	8.434	62.561	67.431	66.210
AMREC	2.226	4.147	5.432	27.945	37.621	33.306
AMUREL	3.039	4.416	2.521	59.512	72.390	51.388
LIT. SUL CATARINENSE	11.029	15.250	16.387	150.018	177.442	150.904
EST. SANTA CATARINA	42.630	90.029	126.580	1.391.803	1.778.803	1.443.840

A área total das terras utilizadas com pastagens naturais vem reduzindo de censo para

censo no Litoral Sul-Catarinense. Somente a região da AMUREL apresenta comportamento oposto, mas mesmo assim com acréscimos insuficientes para alterar a tendência macrorregional (quadro 07). A cultura do arroz irrigado deve estar ocupando as áreas antes utilizadas com pastagens nas regiões da AMREC e AMUREL. O comportamento de redução sucessiva de área é observado também nos correspondente estaduais, com Santa Catarina apresentando em 1995 aproximadamente 90% do constatado em 1975. Já a área total utilizada com pastagem plantada possui comportamento distinto de uma associação de município para outra. Na AMESC, a área com esse uso praticamente dobrou de 1975 para 1985 e voltou a aumentar em 15,4% deste último ano para o de 1995. Entretanto, na região da AMREC a utilização das áreas com pastagem plantada vem caindo censo após censo, chegando em 1995 a 63,2% da área levantada em 1975. A AMUREL ampliou a área com pastagem plantada entre os dois primeiros censos analisados, reduzindo no período subsequente, mas ainda apresentando 10.962 hectares a mais que em 1975. Considerando a importância das pastagens para o desenvolvimento da pecuária, em especial para a pecuária bovina, os dados apontam espaços importantes para serem trabalhados no contexto regional.

Quadro 07 – Ocupação das terras dos estabelecimentos agropecuários com pastagem natural e pastagem plantada.

REGIÃO REFERENCIAL	PASTAGEM NATURAL			PASTAGEM PLANTADA		
	(ha)			(ha)		
	Censo 1975	Censo 1985	Censo 1995	Censo 1975	Censo 1985	Censo 1995
AMESC	49.098	42.318	32.838	2.723	5.662	6.532
AMREC	19.667	22.076	14.248	17.833	16.834	11.263
AMUREL	48.473	49.513	61.482	36.578	56.694	50.301
LIT. SUL CATARINENSE	117.238	113.907	108.568	57.134	79.190	68.096
EST. SANTA CATARINA	1.977.243	1.927.609	1.778.794	426.786	541.669	560.114

A evolução das terras ocupadas com matas constam no quadro 08. Na primeira década analisada, entre 1975 e 1985, as regiões da AMESC e AMREC apresentaram redução na área ocupada com matas naturais, enquanto que no conjunto dos municípios que compõem a AMUREL a situação permaneceu estável. Como comentado anteriormente, na primeira década ocorreu expansão da fronteira agrícola regional, favorecida pela existência de terras disponíveis e pela conjuntura política ainda não dominada pelo pensamento neoliberal. Entretanto, ao mesmo tempo em que as matas naturais eram reduzidas, a área com matas plantadas mais que duplicava na região. De 1985 a 1995 o Litoral Sul-Catarinense recompõe parte da mata natural existente em 1975; exceto a região da AMREC, na qual a área ocupada com mata natural continua a ser reduzida. Já nesta segunda década de dados censitários, a área regional ocupada com matas plantadas se estabiliza graças ao acréscimo registrado na AMUREL. No contexto dos municípios componentes da AMREC, além de ter continuado o desmatamento, a área com florestas plantadas foi reduzida para 66% do existente em 1985.

Quadro 08 – Ocupação das terras dos estabelecimentos agropecuários com mata natural e mata plantada.

REGIÃO REFERENCIAL	MATA NATURAL (ha)			MATA PLANTADA (ha)		
	Censo 1975	Censo 1985	Censo 1995	Censo 1975	Censo 1985	Censo 1995
AMESC	24.703	15.846	16.871	5.244	15.053	15.020
AMREC	21.374	16.871	10.647	6.000	12.397	8.244
AMUREL	40.522	40.216	55.988	8.518	18.005	21.245
LIT. SUL CATARINENSE	86.599	72.933	83.506	19.762	45.455	44.509
EST. SANTA CATARINA	1.433.854	1.345.539	1.348.614	194.246	564.124	561.549

A área ocupada com pousio, ou seja, áreas que em função de usos e manejos incorretos foram degradadas nas suas condições químicas, físicas e biológicas e cujo empobrecimento faz com que os agricultores as deixem “descansando” para serem plantadas em anos subseqüentes, foi reduzida drasticamente na região (quadro 09). Comportamento semelhante foi verificado também nas áreas que, mesmo produtivas, permaneciam ociosas. Tanto para o caso das reduções contínuas das áreas em pousio como para aquelas sem uso, fatores como a expansão de lavouras num primeiro momento e, posteriormente, a ausência de terras para a continuidade desta expansão (pressão pelo uso da terra), além de receios com o aumento da consciência social pela necessidade da reforma agrária, devem ter exercido influências preponderantes. Ainda quanto às reduções da área regional ocupada por pousio, soma-se o desenvolvimento de novas tecnologias de manejo e conservação dos solos que se colocam como alternativas ao uso da prática de “descanso” das terras.

Quadro 09 – Ocupação das terras dos estabelecimentos agropecuários com pousio e em uso.

REGIÃO REFERENCIAL	POUSIO (ha)			SEM USO (ha)		
	Censo 1975	Censo 1985	Censo 1995	Censo 1975	Censo 1985	Censo 1995
AMESC	7.598	6.051	2.225	17.823	6.569	2.591
AMREC	5.407	3.493	1.681	15.769	6.018	1.424
AMUREL	18.834	17.012	6.898	51.572	18.642	6.887
LIT. SUL CATARINENSE	31.839	26.556	10.804	85.164	31.229	10.902
EST. SANTA CATARINA	294.873	324.988	153.893	666.345	249.863	139.964

4. Considerações finais

Ressalvando-se as questões de metodologia inerentes à coleta de informações dos censos, os dados permitiram avaliar a dinâmica da estrutura fundiária e da ocupação das terras no Litoral Sul Catarinense e nas suas associações de municípios entre os períodos estudados. Trabalhos complementares poderiam reproduzir esta avaliação para cada associação, analisando-se o comportamento dos indicadores no âmbito de cada município.

5. Referências bibliográficas

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro, 1975, ---p.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro, 1985, ---p.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro, 1995/96, 286 p.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Relação de municípios de Santa Catarina contendo novos valores para áreas territoriais e estimativas da população residente 97**. (documento interno, com conteúdo publicado no Diário Oficial n. 163 e n. 165 de 26 e 28 de agosto de 1997, respectivamente), 1997, 9 p.